

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATA**
 - 2.1 – Reunião de Comissão
- 3 – ORDENS DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 4.1 – Comissões
- 5 – MANIFESTAÇÕES**
- 6 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 8 – ERRATAS**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.635

Declara de utilidade pública a Casa de Acolhimento São Pio, com sede no Município de Uberaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Casa de Acolhimento São Pio, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.636

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Córrego da Areia, com sede no Município de Imbé de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Córrego da Areia, com sede no Município de Imbé de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.637

Declara de utilidade pública a Creche Semente de Luz, com sede no Município de Ouro Branco.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Creche Semente de Luz, com sede no Município de Ouro Branco.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.638

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Córrego do Ouro, com sede no Município de Boa Esperança.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Córrego do Ouro, com sede no Município de Boa Esperança.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.639

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores, Amigos e Produtores Rurais de Buriti Seco, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores, Amigos e Produtores Rurais de Buriti Seco, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.640

Declara de utilidade pública a Associação Refazer Santa Rita de Cássia, com sede no Município de Varginha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Refazer Santa Rita de Cássia, com sede no Município de Varginha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.641

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Comunitária Educativa Projeto Vida Melhor, com sede no Município de São Gotardo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Comunitária Educativa Projeto Vida Melhor, com sede no Município de São Gotardo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.642

Declara de utilidade pública a entidade Conselho Distrital de Desenvolvimento de Milagre, com sede no Município de Monte Santo de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Conselho Distrital de Desenvolvimento de Milagre, com sede no Município de Monte Santo de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.643

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Cristã em Araguari – Abca –, com sede no Município de Araguari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Cristã em Araguari – Abca –, com sede no Município de Araguari.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.644

Declara de utilidade pública o Instituto Filhos de Contagem – IFC –, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Filhos de Contagem – IFC –, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.645

Declara de utilidade pública a entidade Grupo Amigos da Cidade, com sede no Município de Santa Luzia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Grupo Amigos da Cidade, com sede no Município de Santa Luzia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.646

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Tapera, com sede no Município de Pintópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Tapera, com sede no Município de Pintópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.647

Declara de utilidade pública a Associação das Comunidades Organizadas de Varzelândia, com sede no Município de Varzelândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação das Comunidades Organizadas de Varzelândia, com sede no Município de Varzelândia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.648

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Nova Esperança, com sede no Município de Salinas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Nova Esperança, com sede no Município de Salinas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.649

Declara de utilidade pública a Associação Cristo Vivo, com sede no Município de Betim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cristo Vivo, com sede no Município de Betim.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.650

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores da Mata do Correias, Correias, Aguada, Costas e Pintos, com sede no Município de Piracema.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores da Mata do Correias, Correias, Aguada, Costas e Pintos, com sede no Município de Piracema.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.651

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores de Mocambo, com sede no Município de Rubelita.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores de Mocambo, com sede no Município de Rubelita.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.652

Declara de utilidade pública a Associação de Amparo à Velhice – Aave –, com sede no Município de Abre Campo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amparo à Velhice – Aave –, com sede no Município de Abre Campo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.653

Declara de utilidade pública o Instituto Míriam Brandão de Apoio Social – IMB –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Míriam Brandão de Apoio Social – IMB –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.654

Declara de utilidade pública a entidade Projeto Mãos na Massa, com sede no Município de Itabira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Projeto Mãos na Massa, com sede no Município de Itabira.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.655

Declara de utilidade pública a entidade Casa Azul Acolhimento Só Por Hoje, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Casa Azul Acolhimento Só Por Hoje, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.656

Declara de utilidade pública a Associação dos Lavradores e Artesãos de Campo Alegre, com sede no Município de Turmalina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Lavradores e Artesãos de Campo Alegre, com sede no Município de Turmalina.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.657

Declara de utilidade pública o Grupo Cultural Ruassa, com sede no Município de Carmo do Cajuru.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Grupo Cultural Ruassa, com sede no Município de Carmo do Cajuru.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.658

Declara de utilidade pública a Associação Solidária Vencer Juntos – Asvej –, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Solidária Vencer Juntos – Asvej –, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.659

Declara de utilidade pública a Loja Maçônica Deus, União e Fraternidade nº 142, com sede no Município de Rio Pardo de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Loja Maçônica Deus, União e Fraternidade nº 142, com sede no Município de Rio Pardo de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.660

Declara de utilidade pública o Centro Infantil Sargento Marizeth Cardoso da Mata, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro Infantil Sargento Marizeth Cardoso da Mata, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 20 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATA

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/9/2017

Às 9h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista, Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Fabiano Tolentino e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a implantação de política de saúde que atenda à demanda da Região Ampliada Oeste e à regularização dos pagamentos por parte do Estado. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 16/9/2017: ofício do Sr. Rodrigo Cabreira de Mattos, presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.383/2017. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.163/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.649, 9.678, 9.681, 9.684, 9.775 e 9.776/2017. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 9.858/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES –, pedido de informações sobre a situação dos aprovados no concurso da SES nº 02/2014, homologado em 14/2/2015;

nº 9.920/2017, dos deputados Geraldo Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Jean Freire, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o financiamento da saúde pública no Estado, em especial as despesas empenhadas e não liquidadas inscritas em restos a pagar;

nº 9.921/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fechamento da maternidade e pediatria do Hospital Padre Júlio Maria, em Manhumirim;

nº 9.922/2017, do deputado Bonifácio Mourão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de informações sobre os critérios adotados na Resolução SES/MG nº 5.841, de 10/8/2017, para a alocação de recursos financeiros para reforço do custeio de ações e serviços de saúde para alguns municípios e estabelecimentos de saúde do Estado;

nº 9.923/2017, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que se manifeste sobre o ofício do Hospital da Baleia, recebido na 19ª Reunião Ordinária, em que foram solicitados recursos financeiros para a realização de obras exigidas pela vigilância sanitária;

nº 9.924/2017, da deputada Marília Campos e dos deputados Glaycon Franco, Dilzon Melo e Thiago Cota, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater os impactos da mineração de ouro pela empresa Kinross na saúde da população do Município de Paracatu;

nº 9.925/2017, do deputado Nozinho, em que requer seja encaminhada à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para sejam promovidos treinamentos nos hospitais regionais do Estado com vistas à qualificação dos profissionais de saúde, para que possam atender com a devida técnica os casos de AVC que chegam às unidades;

nº 9.926/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a implantação do Samu Regional nos Consórcios Intermunicipais de Saúde dos Vales – Cisvales – e no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência do Leste de Minas – Consurge.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à unidade ortopédica do Hospital Galba Veloso, realizada em 8/8/2017, que segue publicado após as assinaturas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Poliana Cardoso Lopes, assessora-chefe da Assessoria de Planejamento da Secretaria Estadual de Saúde, representando o secretário de Estado de Saúde, Kelly Barros Silva Fortini, coordenadora da Urgência e Emergência da Secretaria Estadual de Saúde, e Lizziane D'Ávila Pereira, assessora da Subsecretaria de Regulação da Secretaria Estadual de Saúde; e os Srs. Eduardo Luiz da Silva, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais, Renato Ferreira, vereador e presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Divinópolis, representando o presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Geraldo Mangelo de Almeida, presidente do Cosems Regional de Divinópolis e secretário Municipal de Saúde de Lagoa da Prata, Geraldo Antônio da Silva, prefeito de Carmópolis de Minas, José Geraldo Pereira, secretário Municipal de Saúde de Formiga, Marcelo Carrara, secretário Municipal de Saúde de Santo Antônio do Amparo, Ademir José da Silva, vereador de Divinópolis, Almir Resende Júnior, prefeito de Carmo da Mata, e Mériton Alves, prefeito de São Francisco de Paula. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 9.931/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada reunião de convidados para debater, com o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde – CAO Saúde – e com o Conselho de Secretários Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems –, a inadimplência do governo do Estado no repasse dos recursos financeiros para o financiamento das ações de saúde;

nº 9.932/2017, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para retomar as obras de construção do Hospital Regional de Divinópolis;

nº 9.933/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada visita técnica à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde a fim de buscar soluções para o plano de assistência à saúde da Macrorregião Oeste de Minas Gerais;

nº 9.934/2017, do deputado Bonifácio Mourão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre quais serviços estão sendo realizados pelo Hospital Regional de Uberaba, inaugurado neste ano, e quais os percentuais de participação da União e do Estado nos recursos financeiros para o custeio de manutenção desse hospital.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2017.

Carlos Pimenta, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Saúde

Local visitado: Unidade Ortopédica do Hospital Galba Velloso

Apresentação

Atendendo ao Requerimento nº 9.195/2017, de autoria dos deputados Doutor Jean Freire e Antônio Jorge, a Comissão de Saúde visitou em 8/8/2017 a Unidade Ortopédica do Hospital Galba Velloso, em Belo Horizonte, com a finalidade de se averiguarem as condições que levaram à decisão de fechamento da unidade.

Participaram da visita os deputados Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde, e os deputados Doutor Jean Freire e Antônio Jorge; e acompanharam o diretor do Hospital João XXIII, Sílvio Grandinetti Júnior, a representante do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais, Neuza Freitas, o representante dos servidores da Unidade Ortopédica do Hospital Galba Velloso, Rogério Pereira Fonseca, a representante da mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Ângela Eulália dos Santos, e demais servidores da unidade.

Relato

A visita da Comissão de Saúde à Unidade Ortopédica do Hospital Galba Velloso, conhecida como Galba Ortopédico, foi realizada com o objetivo de se verificarem a infraestrutura do local e as condições sanitárias inadequadas, que podem levar ao fechamento da unidade. Apesar de a Unidade Ortopédica funcionar no Hospital Galba Velloso, ela é um anexo do Hospital João XIII e está vinculada à sua diretoria. O serviço ortopédico funciona como suporte para pacientes referenciados da área de traumatologia do Hospital João XXIII e demais hospitais da Fhemig, e a referida unidade é especializada em cirurgias de ombro, quadril, joelho e pé, sendo referência nessas áreas.

Os deputados iniciaram a visita pelo bloco cirúrgico, que dispõe de quatro salas equipadas para a realização de cirurgias ortopédicas. Antes do fechamento, a unidade realizava aproximadamente 300 cirurgias por mês. De acordo com funcionários, desde 2012 não foi registrado nenhum óbito na unidade, e a taxa de infecção é de menos de 3% do total de cirurgias realizadas. No dia da visita, não havia nenhuma cirurgia agendada, já que, segundo os servidores, a direção da Fhemig havia deslocado os anestesistas para o Hospital João XXIII. Assim, muitas cirurgias foram desmarcadas por falta de profissionais.

Os funcionários do bloco cirúrgico também relataram que uma das exigências da vigilância sanitária, para o adequado funcionamento do setor, seria a instalação de uma agência transfusional, que armazena estoque de hemocomponentes fornecidos pela Fundação Hemominas, para o caso de necessidade de transfusão de sangue. No entanto, os servidores informaram que em raríssimos casos há necessidade de transfusão, já que as cirurgias realizadas não são de urgência ou de emergência. Eles esclareceram que, quando os médicos verificam a necessidade de transfusão na avaliação pré-cirúrgica, o hospital reserva bolsas de sangue no Hemominas. Explicaram também que um congelador para armazenar as bolsas de sangue seria suficiente.

Outro setor visitado foi a enfermaria, que conta com 86 leitos. Os deputados puderam constatar que estava praticamente vazia, com apenas sete leitos ocupados. Os servidores relataram que a direção da Fhemig providenciou a transferência dos pacientes para os Hospitais João XXIII e Maria Amélia Lins. Relataram ainda que vários pacientes que aguardavam a realização de cirurgia foram recolocados na central de leitos e aguardavam vaga em hospitais privados.

Os deputados conversaram com um paciente recém-operado oriundo da região do Vale do Jequitinhonha. Ele elogiou muito o atendimento e se disse preocupado com o fechamento da unidade, já que o hospital é a única alternativa de tratamento ortopédico para pacientes de várias localidades do Estado. Solicitou que os deputados intervissem para reverter a decisão de fechamento da unidade.

Os funcionários na enfermaria relataram aos deputados que ocorrem infiltrações no teto do setor, em razão de o hospital não ter telhado, mas apenas lage.

Os deputados visitaram, em seguida, a Central de Material e Esterilização – CME – que, segundo funcionários, recebeu vários prêmios pela qualidade do serviço. Uma das inadequações encontradas pela vigilância sanitária no setor foi a falta de um sistema de exaustão para a ventilação do local.

Os deputados visitaram o arsenal, onde são armazenados os materiais de consumo, e puderam averiguar que tudo estava muito bem organizado e limpo.

Após a visita, os deputados se reuniram no auditório do hospital para ouvir as demandas dos servidores e entender o processo que pode culminar no fechamento da unidade.

O deputado Carlos Pimenta reconheceu a importância do Galba Ortopédico para pacientes de todo Estado e elogiou a qualidade do atendimento prestado. Lamentou a falta de investimentos na saúde pública tanto por parte do governo do Estado quanto do governo Federal e relatou sua preocupação em relação à capacidade que teria a rede pública de saúde para absorver os pacientes ortopédicos, já que o Galba é responsável por realizar aproximadamente 300 cirurgias por mês. Frisou que o Estado deveria ter programado as reformas demandadas pela vigilância sanitária e realizado os investimentos necessários.

O deputado Antônio Jorge lembrou que a construção da maioria das unidades hospitalares da rede Fhemig é muito antiga, e que elas não passaram por reformas; por isso, há muitos problemas de infraestrutura. Segundo ele, a solução não seria fechar unidades devido a problemas estruturais, pois, por esse critério, todas as unidades deveriam ser fechadas. Informou que havia um projeto da Secretaria de Estado de Saúde, em conjunto com a Fhemig, para a reforma do Galba Ortopédico. O governo federal financiaria parte das obras por meio da Caixa Econômica Federal, e o governo estadual arcaria com outra parte. No entanto, o Estado não liberou os recursos para se iniciar a reforma. O deputado ressaltou que o Hospital João XXIII, por ser o maior hospital de urgência do Estado, não pode ocupar seus leitos com procedimentos que demandam uma alta taxa de permanência como a ortopedia, pois isso prejudicaria o atendimento prestado aos casos de urgência.

O deputado Doutor Jean Freire afirmou que a saúde pública sofre descasos de todos os governos há mais de 30 anos e, mesmo assim, o SUS pode ser considerado o melhor plano de saúde do mundo, já que busca atender de forma integral a toda a população. Ele ressaltou que o sistema não tem como absorver os pacientes que deixarão de ser atendidos pelo Galba Ortopédico, pois há uma fila de aproximadamente 15 mil pacientes para serem atendidos pelo SUS. O deputado elogiou o funcionamento da CME e lembrou a necessidade de reformas estruturais, como a construção de telhado para acabar com infiltrações. Por fim, ele concluiu que há necessidade de discutir com o Poder Executivo uma solução para evitar o fechamento definitivo da unidade.

O representante dos servidores do Galba Ortopédico, Rogério Pereira Fonseca, informou que a unidade celebrou um acordo de gestão com a direção da Fhemig. Fazia parte desse acordo o cumprimento de algumas metas por parte do Galba Ortopédico. Rogério apresentou um quadro demonstrando que houve uma evolução dos indicadores de 2013 e 2016: o número de internações/mês passou de 185,25 para 272,16; a média de permanência passou de 10,94 dias para 4,77 dias; o total de cirurgias/mês passou de 183,5 para 231,16. Segundo Rogério, a direção da Fhemig não foi transparente quando estabeleceu o acordo, pois não informou que a unidade corria risco de fechamento. Lamentou a falta de diálogo da direção da instituição com os servidores para encontrar outras soluções que não o fechamento da unidade. Por fim, apelou ao Conselho Estadual de Saúde – CES – e ao Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte – CMS-BH – para que pressionem o governo do Estado a divulgar informações sobre o destino dos recursos liberados pelo governo federal para a reforma da unidade.

A representante do Sind-Saúde, Neuza Freitas, informou que a vigilância sanitária fez um levantamento das condições de funcionamento e do cumprimento das normas de vigilância em todas as unidades que compõem a rede Fhemig e constatou 76 infrações no Hospital Galba Velloso. No entanto, de acordo com Neuza, a maior parte dessas infrações se referia à ala psiquiátrica do hospital.

Neuza relatou que a direção da Fhemig decidiu encerrar as atividades do Galba Ortopédico alegando que devia cumprir uma decisão judicial. No entanto, a decisão judicial que homologa o acordo firmado entre o Ministério Público e a Fhemig para o fechamento da unidade não havia sido apresentada ao sindicato até aquele momento. A representante do Sind-Saúde cobrou informações da Fhemig sobre o destino do recurso financeiro liberado pelo governo federal para a reforma da unidade e sobre a elaboração de projeto de reforma do Galba Ortopédico com o detalhamento dos custos, já que a Fhemig alega que os gastos seriam de, no mínimo, 11 milhões, podendo chegar a 30 milhões.

Ângela Eulália dos Santos, representante do CMS-BH, lamentou que a direção da Fhemig não tenha apresentado ao CMS-BH e nem ao CES um relatório da situação em que se encontrava o Galba Ortopédico, pois poderiam conjuntamente tentar encontrar uma outra solução que não o fechamento. Segundo a representante, alterar de forma emergencial o perfil assistencial dos hospitais João XXIII e Maria Amélia Lins para absorver os pacientes atendidos pelo Galba Ortopédico poderá colocar em risco os pacientes. Ressaltou que faltam leitos na rede pública de saúde de Belo Horizonte e que o fechamento do Galba Ortopédico sobrecarregará ainda mais a rede. Por fim, Ângela Eulália dos Santos reforçou a necessidade de o governo do Estado discutir com os servidores e com os conselhos antes de tomar decisões que impactem negativamente a saúde pública.

Conclusão

Os parlamentares se comprometeram a contribuir para a busca de soluções alternativas para a situação do Hospital Galba Veloso e convidaram os servidores do Galba Ortopédico e os demais presentes na visita para uma audiência pública da Comissão de Saúde, em 10/8/2017, com o objetivo de debater a qualidade da gestão dos hospitais da Rede Fhemig, em especial a decisão de fechamento da unidade ortopédica Galba Veloso, em Belo Horizonte. A visita, portanto, foi profícua e abriu caminho para futuras ações e reuniões da Comissão de Saúde.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2017.

Doutor Jean Freire, relator.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/10/2017

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 3.014/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre a situação da Barragem de Irapé, que se encontra com baixo volume de água e apresenta processo preocupante de assoreamento decorrente do grande volume de areia que chega pelo Rio Jequitinhonha e de áreas de garimpo existentes na região de Diamantina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.391/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente pedido de informações sobre a situação dos licenciamentos ambientais referentes às obras de duplicação da Rodovia BR-381. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 46/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcelo Fernandes Siqueira para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 47/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Tarcísio Dayrell Neiva para o cargo de presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 48/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Girlaine Figueiró Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 49/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria do Carmo Menicucci de Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 50/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria da Glória Ferreira Giudice para compor o Conselho Estadual de Educação.

A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 51/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Eduardo de Oliveira Chiari Campolina para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 53/2017, feita pelo governador do Estado, do Sr. Gustavo Henrique Escobar Guimaraes para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.468/2017, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2016 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.478, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia aos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica que menciona, nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.484, que concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em junho de 1997. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.562, que cria fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23563, que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2 "g", 37, 43, 88, 93 "b", 93 "c" e 102 e pela rejeição do veto ao item 93 "i", todos do Anexo I da proposição de lei.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2017, do deputado Cássio Soares, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.702, de 4/8/2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alpinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-259 que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sardoá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 24/10/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n.ºs 7.576, 7.640, 7.771, 7.772, 7.781, 7.782 e 7.784/2017, do deputado Cabo Júlio; 7.794/2017, da Comissão de Administração Pública; 7.800, 7.801, 7.822, 7.837 a 7.842, 7.890 a 7.894, 8.002, 8.009 a 8.011, 8.017, 8.020, 8.021, 8.034, 8.035, 8.057, 8.058, 8.069 a 8.075, 8.087, 8.089, 8.091, 8.092, 8.094, 8.102, e 8.109 a 8.112/2017, do deputado Cabo Júlio.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 24/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei n.º 3.432/2016, dos deputados Fabiano Tolentino e Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n.ºs 8.959/2017, da Comissão de Administração Pública; e 8.965/2017, do deputado Fábio Cherem.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento n.º 9.028/2017, do deputado Emidinho Madeira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/10/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 11/2015, do deputado Doutor Wilson Batista.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/10/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.344/2017, do deputado Gilberto Abramo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/10/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Visita da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cabo Júlio, Fábio Cherem, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 24/10/2017, às 10h30min, à 6ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar, na Rua Carijós, 758, em Belo Horizonte, com a finalidade de verificar possível descumprimento da carga horária semanal de trabalho dos policiais militares, contrariando o previsto na Lei Complementar nº 127, de 2013, bem como as condições insalubres de trabalho, conforme denúncias apresentadas na 16ª Reunião Ordinária, realizada em 3/10/2017.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Durval Ângelo e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/10/2017, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 25/10/2017, às 9h30min, na Expominas, em Belo Horizonte, com a finalidade de participar da abertura da Semana Internacional do Café, que ocorrerá nos dias 25 a 27 de outubro de 2017.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/10/2017, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater a crise na cadeia do leite no Estado e no País e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão de Polícia Militar e na 4ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar pela atuação na ocorrência, em 27/4/2017, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo, munição e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 6.884/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na Companhia Independente de Cães da Polícia Militar e no 36º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 30/4/2017, em Lagoa Santa, que resultou na apreensão de drogas, balanças de precisão, quantia em dinheiro e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 6.885/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/4/2017, em Nova Belém, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição (Requerimento nº 6.887/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 30/4/2017, em Ipatinga, que resultou na apreensão de dois menores e de drogas (Requerimento nº 6.888/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 29º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 12/4/2017, em Poços de Caldas, que resultou na apreensão de cerca de 5kg de maconha e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 6.897/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 62º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/4/2017, em Caratinga, que resultou na apreensão de quatro barras de maconha (Requerimento nº 6.898/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, no 16º Batalhão de Polícia Militar e na Companhia Independente de Cães da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 1º/5/2017, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de um menor, além de drogas, arma de fogo, rádios, munição e quantia em dinheiro e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 6.899/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 3º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/4/2017, em Conceição do Mato Dentro, que resultou na apreensão de veículos, armas de fogo, munição, touca ninja, cofre e quantia em dinheiro e na detenção de seis pessoas (Requerimento nº 6.912/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 2/5/2017, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de um menor, além de armas de fogo e munição e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 6.913/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 44º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/5/2017, em Santo Antônio do Jacinto, que resultou na apreensão de armas de fogo, drogas, touca ninja e colete à prova de balas e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 6.988/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 11ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 4/5/2017, em Montes Claros, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 6.989/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º e no 27º Batalhões de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/5/2017, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de drogas, balança de precisão, celular e arma e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 6.990/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 20º Batalhão de Polícia Militar e na 17ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 4/5/2017, em Espírito Santo do Dourado, que resultou na apreensão de quatro menores, além de arma e materiais roubados (Requerimento nº 7.025/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/5/2017, em Ipatinga, que resultou na apreensão de três menores, além de drogas, arma de fogo e munição e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 7.026/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 47º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/5/2017, em Muriaé, que resultou na apreensão de arma de fogo e drogas e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 7.027/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 62º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/5/2017, em Piedade de Caratinga, que resultou na apreensão de drogas, armas e munição e na detenção de oito pessoas (Requerimento nº 7.033/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 30º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/5/2017, em Januária, que resultou na apreensão de três menores, além de drogas, balança, celular, quantia em dinheiro e aparelhos eletrônicos e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 7.034/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 11ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/5/2017, em Montes Claros, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 7.048/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 55º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/5/2017, em Pirapora, que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo, munição, produtos roubados e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 7.049/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 5ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar e no 4º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/5/2017, em Uberaba, que resultou na apreensão de um menor e de drogas e na detenção de quatro pessoas (Requerimento nº 7.050/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os bombeiros militares que menciona, lotados na 1ª Companhia Independente de Bombeiro Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/5/2017, em Poços de Caldas, que resultou no salvamento da vida de um bebê com obstrução respiratória (Requerimento nº 7.057/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 15º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/5/2017, em Patos de Minas, que resultou na apreensão de um menor e de drogas (Requerimento nº 7.083/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 40º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 11/5/2017, em Ribeirão das Neves, que resultou na apreensão de armas de fogo, drogas e balanças e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 7.084/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 67º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 11/5/2017, em Uberaba, que resultou na apreensão de 100kg de maconha e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 7.088/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/5/2017, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de drogas, quantia em dinheiro e balança e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 7.089/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/5/2017, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de drogas e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 7.094/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 7ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 12/5/2017, em Divinópolis, que resultou na apreensão de armas, munição e carregadores de armas e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 7.095/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/5/2017, em Ipatinga, que resultou na apreensão de um menor e de drogas (Requerimento nº 7.115/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais civis que menciona, pela atuação na ocorrência, em 16/5/2017, em Contagem, que resultou na prisão de um homem suspeito de fazer parte de uma quadrilha que transporta cargas não legalizadas (Requerimento nº 7.116/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 4ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/5/2017, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição (Requerimento nº 7.130/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a Sra. Luiza Moreira Arantes de Castro por sua nomeação como presidente da Rede Minas (Requerimento nº 8.440/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Sr. Junior Roque Marcellino pelos relevantes serviços prestados à Polícia Civil de Minas Gerais (Requerimento nº 8.507/2017, do deputado Noraldino Júnior);

de congratulações com o Sr. Sebastião Luiz Badaró pelos relevantes serviços prestados à Polícia Civil de Minas Gerais (Requerimento nº 8.508/2017, do deputado Noraldino Júnior);

de congratulações com o Sr. Victor Rocha Santos pelos relevantes serviços prestados à Polícia Civil de Minas Gerais (Requerimento nº 8.509/2017, do deputado Noraldino Júnior);

de congratulações com o Sr. José Álvaro Leite pelos relevantes serviços prestados à Polícia Civil de Minas Gerais (Requerimento nº 8.510/2017, do deputado Noraldino Júnior);

de congratulações com o Sr. David Marcos de Oliveira Friaça pelos relevantes serviços prestados à Polícia Civil de Minas Gerais (Requerimento nº 8.511/2017, do deputado Noraldino Júnior);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência, em 9/9/2017, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de suspeito da prática de inúmeros furtos de veículos no referido município (Requerimento nº 8.569/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

Requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência, em 8/9/2017, em Santa Juliana, que resultou na apreensão de armas, quantia em dinheiro e pneus e na prisão de duas pessoas (Requerimento nº 8.571/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os bombeiros militares que menciona pela brilhante atuação no combate ao incêndio ocorrido no Parque Estadual do Itacolomi, em 30/8/2017, no Município de Ouro Preto (Requerimento nº 8.590/2017, do deputado Coronel Piccinini);

de congratulações com os policiais civis que menciona, pela atuação na ocorrência, em 1º/9/2017, em Joinville (SC), que resultou na prisão de três suspeitos de integrarem uma quadrilha especializada no arrombamento de caixas eletrônicas em pelo menos quatro Estados (Requerimento nº 8.606/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Grupo Tracbel pelos 50 anos de sua fundação (Requerimento nº 8.609/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na operação realizada em 12/9/2017, que resultou na prisão de um suspeito e na apreensão de armas de fogo, artefatos explosivos e outros materiais que seriam utilizados em ataques a caixas eletrônicas no Município de Coromandel (Requerimento nº 8.611/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os conselheiros dos Conselhos Consultivo, de Administração e Fiscal da Abrasel-MG por sua posse nos referidos conselhos (Requerimento nº 8.612/2017, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. João Octacílio Silva Neto, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, e a Sra. Jacqueline de Oliveira Ferraz, chefe do Instituto de Identificação da Polícia Civil de Minas Gerais, pelo sucesso nos serviços oferecidos pelo instituto (Requerimento nº 8.620/2017, do deputado Gustavo Santana);

de congratulações com o Grupo EPO Soluções Inovadoras pelos 25 anos de sua fundação (Requerimento nº 8.622/2017, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com os policiais civis que menciona, pela atuação na ocorrência, em 22/6/2017, em Itatiaiuçu, que resultou na prisão de integrantes de uma quadrilha que comandava o tráfico de drogas e roubos de veículos na região (Requerimento nº 8.623/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Sr. Ramon Moreira, juiz de direito, pelos relevantes serviços prestados à magistratura mineira (Requerimento nº 8.625/2017, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com os bombeiros militares que menciona pela brilhante atuação no combate a um grande incêndio ocorrido na Serra de Ouro Branco, de 7 a 12/9/2017, que afetou os Municípios de Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete. (Requerimento nº 8.626/2017, do deputado Coronel Piccinini);

de congratulações com os policiais civis que menciona, pela atuação na ocorrência, em 4/9/2017, que desarticulou uma organização criminosa que comercializava maconha, *crack* e cocaína, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no interior do Estado, e resultou na prisão de 8 pessoas e na apreensão de, aproximadamente, meia tonelada de drogas, além de armas e um colete do sistema prisional (Requerimento nº 8.628/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais e os delegados da 5ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Viçosa pela operação Efeito Colateral (Requerimento nº 8.632/2017, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com os policiais militares que menciona, pelos atos de bravura e profissionalismo demonstrados na tentativa de impedir mais um assalto a caixa eletrônico na madrugada do dia 7/9/2017, em Monte Sião (Requerimento nº 8.637/2017, do deputado Ulysses Gomes);

de congratulações com os policiais militares que menciona, pela atuação na ocorrência, em 15/9/2017, em Contagem, que resultou no cerco e bloqueio de vias, na prisão de 5 acusados de roubos de veículos e na recuperação de um carro de alto valor comercial (Requerimento nº 8.664/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, pela atuação na ocorrência, em 20/9/2017, em Ibirité, que resultou na apreensão de materiais para embalagem, liquidificadores para refino de cocaína, 2.780 pinos de substância semelhante a cocaína, prontos para distribuição, três rádios de comunicação, sendo um na faixa da Polícia Militar, balanças de precisão e uma porção considerável de substância semelhante a cocaína (Requerimento nº 8.665/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso ao jornalista Tutti Maravilha pelos 30 anos do programa *Bazar Maravilha*, da Rádio Inconfidência, da Empresa Mineira de Comunicação (Requerimento nº 8.757/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a instituição Assistência ao Menor Especializada – AME –, em especial com a Sra. Ivone de Araújo, pelos serviços prestados à pessoa com deficiência, no Município de Belo Horizonte (Requerimento nº 8.788/2017, do deputado Duarte Bechir).

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****DISCURSOS PROFERIDOS NA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/10/2017**

O deputado Arnaldo Silva* – Sr. Presidente, nobres colegas deputados, venho mais uma vez fazer uso desta tribuna com muita alegria e satisfação, honrando o mandato que nos foi conferido na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Neste momento, aproveitando a oportunidade em que saudamos e parabenizamos todos os médicos do Estado de Minas Gerais, gostaria de cumprimentar e homenagear de forma muito especial, pelo trabalho realizado, a atual equipe de saúde do Município de Uberlândia, na pessoa do nobre Prof. Gladstone Rodrigues da Cunha Filho, secretário municipal de Saúde. Quero cumprimentá-lo pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo em Uberlândia, apesar de todas as dificuldades enfrentadas no início de mandato. Eu mesmo já tive oportunidade de expor, da tribuna da Assembleia, o tamanho da crise e dos problemas enfrentados na transição de gestão e no início do governo Odelmo Leão em Uberlândia. Por isso mesmo, merece todo o nosso respeito e o nosso aplauso a atual equipe de saúde de Uberlândia, liderada, repito, pelo secretário Gladstone, médico, professor e por duas vezes reitor da Universidade Federal de Uberlândia. Com um currículo invejável, Gladstone ocupou a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, por quatro anos, e foi assessor de Recursos Humanos na Organização Pan-Americana da Saúde, em Washington. Enfim, quem está à frente da Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia é uma pessoa séria, de credibilidade e de caráter irretocável.

Gladstone assumiu a secretaria com uma dívida herdada da gestão anterior de mais de R\$80.000.000,00, com a folha de pagamento em atraso, servidores sem receber salários, 13º salário atrasado e um déficit de medicamentos da farmácia básica de mais de 50%. Mesmo diante desse quadro terrível e horroroso, ele tem promovido uma verdadeira reestruturação da saúde pública em Uberlândia. Para se ter uma ideia, nos primeiros meses deste primeiro ano, de janeiro a setembro, foram realizados pela saúde pública de Uberlândia mais de 1 milhão de consultas, mais de 200 mil atendimentos de saúde bucal, mais de 13 mil exames de alta complexidade, mais de 5 mil atendimentos a pacientes de hemodiálise, mais de 2 mil partos e mais de 5 mil cirurgias. Ainda diante do quadro horroroso que herdou, promoveu a implantação do prontuário eletrônico em todas as unidades de saúde do Município de Uberlândia. É isso o que ele vem conseguindo com um trabalho sério, de quem realmente entende de saúde, e quero estender os meus cumprimentos a toda a equipe de saúde do município.

O que o governo Odelmo está fazendo em Uberlândia é a recuperação de toda a estrutura de saúde, e isso não acontece do dia para a noite ou em um toque de mágica. Isso se faz passo a passo, com uma gestão séria e responsável e uma atenção e um olhar muito especial para a área de saúde, que é o que tem sido feito em Uberlândia. Aliás, temos a alegria de, agora, nesse governo, poder colaborar com o município, ao qual estamos destinando grande parte de nossas emendas parlamentares, mais de R\$800.000,00, principalmente para o setor de saúde. É com esse olhar de gestão responsável que se está fazendo a recuperação de um município que sofreu muito e que herdou muitas dívidas. Para se ter uma ideia, mais de R\$200.000.000,00 da dívida herdada da gestão anterior foram pagos neste ano. Então, é com esse olhar para a saúde e aproveitando o Dia do Médico que queremos saudá-lo e cumprimentá-lo. Que não venham os integrantes da oposição em Uberlândia fazer críticas infundadas, esquecendo-se do que há pouco tempo assombrava e assolava a saúde pública no município.

É isso que pretendemos para uma cidade protagonista e tão desenvolvimentista como Uberlândia. Essa gestão, controlada e guiada, tendo um rumo dado pelo prefeito Odelmo Leão, é que queremos. Se Deus quiser, no próximo ano inauguraremos já uma nova fase que supera toda essa herança que recebemos da gestão anterior!

O deputado Douglas Melo (em aparte)* – Obrigado, deputado Arnaldo Silva. Quero parabenizá-lo pelo trabalho e por tudo o que V. Exa. tem feito pela cidade de Uberlândia. Tenho a certeza de que esses resultados que estão sendo computados se devem também a sua intervenção.

Sr. Presidente, quero fazer um alerta ao governo do Estado de Minas Gerais sobre um problema antigo que temos na região de Sete Lagoas. Antes de qualquer coisa, já quero agradecer ao governo, mesmo diante de tantas dificuldades, por ter instalado a Risp da nossa cidade, que é uma luta que temos desde o início do nosso mandato. Hoje Sete Lagoas é o comando tanto da Polícia Militar quanto da Civil, o que resultou na queda da violência em toda a região. Há muito a ser feito ainda, mas essa foi uma ação de governo importante.

Agora dependemos diretamente do governo do Estado. Quero pedir ao governador Fernando Pimentel, que conhece muito bem a nossa região, que seja um marco na nossa história, liberando as obras da duplicação da MG-424. É a famosa estrada velha, que liga Sete Lagoas a Pedro Leopoldo e tem uma importância muito grande por ser o único acesso que temos ao Aeroporto de Confins. Aliás, esse é o aeroporto mais próximo que temos de Sete Lagoas e das cidades vizinhas. Para se ter uma ideia, para se andar 30km hoje na MG-424, de Sete Lagoas a Pedro Leopoldo, às vezes, gastam-se 1 hora e 30 minutos. Muita gente pode estar se perguntando: “Mas como o Estado fará em um momento tão difícil como este?”. É acelerar o processo. Hoje, na MG-424, temos um trânsito de aproximadamente 12 mil veículos. Já está comprovado por estudos que à estrada cabe concessão, e as empresas querem participar dela. Lá o povo entenderá o motivo de ela ser uma estrada privatizada, porque se justificará o investimento. Quando você pagar, será, na verdade, um retorno à empresa que fizer os investimentos lá.

Então, mais uma vez, peço sensibilidade e agilidade ao governo do Estado de Minas. O governador Fernando Pimentel, que já nos atendeu na questão da Risp e das viaturas da polícia, tem a oportunidade de ser o primeiro governador da nossa história a liberar a duplicação da MG-424. Volto a dizer que o governo não tirará um centavo do seu caixa. Mas, por outro lado, ajudará Sete Lagoas, cidade que está em 8º lugar em arrecadação no Estado de Minas Gerais. Além disso, ajudará Pedro Leopoldo, Matozinhos, Prudente de Moraes, Funilândia e as pessoas que vêm do Norte de Minas e têm de passar por Sete Lagoas para ir ao Aeroporto de Confins, que andam aproximadamente 40km e gastam 1h30min. É a oportunidade que o governo de Minas tem para fazer uma história em nossa região ainda maior do que vem fazendo. Obrigado, deputado Arnaldo Silva.

O deputado Arnaldo Silva* – Eu é quem agradeço o aparte, deputado Douglas Melo.

Caminhando para a conclusão da minha fala, quero sensibilizar o governo do Estado no intuito de efetuar os repasses e cumprir os convênios da saúde com o Município de Uberlândia. Hoje o Estado tem uma dívida de mais de R\$12.000.000,00 em repasse para o hospital municipal da cidade de Uberlândia. Além disso, deve mais de R\$29.000.000,00 dos convênios da saúde no Município de Uberlândia. Lembramos que a saúde pública nessa cidade não atende só ao município, pois tem todo um compromisso regional de atendimento à saúde da região do Triângulo. Precisamos que esses repasses sejam regularizados.

Para concluir, Sr. Presidente, quero reafirmar aqui o nosso compromisso de poder colaborar da melhor forma no que for necessário para o nosso governo do Estado, para o Estado de Minas Gerais, votando com a nossa consciência. Divergimos, sim, em momentos cruciais aqui, na Assembleia, principalmente em pontos que não vão ao encontro dos interesses do povo de Minas Gerais. Mas estamos aqui com o propósito de ajudar, de colaborar, de somar esforços em busca de melhores caminhos para o povo de Minas.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* – Agradeço ao deputado Arnaldo Silva e o parabênico, pois está trazendo um assunto referente à saúde realmente muito sério e que nos preocupa entre outras questões, como a segurança pública. De fato, os nossos municípios estão enfrentando muitas dificuldades, principalmente os prefeitos e prefeitas que, muitas vezes, assumem competências do Estado e também da União, gastando muito além dos mínimos constitucionais, muito além dos 15%. Chegam a gastar 30%, 35% de todo o seu orçamento municipal com a saúde.

Apenas queria deixar registrado, deputado Arnaldo Silva, que, da nossa parte, estamos fazendo todo o esforço. Aproveito o momento para parabenizar o deputado federal Weliton Prado, que está colocando recursos não só em Uberlândia, mas também nas cidades-polos, como Ituiutaba, ajudando o Hospital São José. Precisamos colocar recursos na região, nas cidades-polos para poder desafogar, por exemplo, o Município de Uberlândia. Ele também indicou recursos importantes para o Hospital das Clínicas que fica

em Uberlândia. No orçamento de 2016, colocou 100% das suas emendas, sendo R\$15.000.000,00 para o Hospital do Câncer, que atende a mais de 40 mil pessoas de toda aquela região e que está se transformando em referência para o Brasil, com equipamentos de ponta, de primeira linha.

Então, quero parabenizar o deputado Weliton Prado, que coloca recursos não só no Hospital das Clínicas, mas também no Hospital do Câncer, com *vans* para fazer o transporte dos pacientes com câncer nos municípios que não têm o atendimento e precisam se deslocar para outras regiões, onde há atendimento. Também esperamos que o Estado faça esse repasse para o Município de Uberlândia, cujo hospital regional está necessitando também dele. Sabemos que temos de atacar esse problema por diversas frentes e precisamos de mais recursos lá, também no hospital regional, para poder socorrer a população, que está realmente sofrendo e com muita dificuldade na área da saúde devido à falta de recursos. Parabéns, deputado Arnaldo Silva.

O deputado Arnaldo Silva* – Eu agradeço-lhe o aparte, deputado Elismar Prado.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que estamos atentos, principalmente em relação à questão da saúde e a tantos outros problemas que a atual administração de Uberlândia vem enfrentando. É o comportamento dos órgãos de controle que deve ser abordado quanto à situação que o município vem enfrentando.

Vamos cobrar atentamente uma posição em relação ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, porque realmente essa é a situação em que o município se encontra hoje. Por exemplo, já citei aqui que R\$350.000.000,00 do Instituto de Previdência foram retirados de bancos oficiais e investidos em fundos podres. Mais de R\$40.000.000,00 já se perderam e não serão devolvidos aos cofres do Instituto de Previdência. A situação é grave. Portanto, queremos uma posição clara do Tribunal de Contas e do Ministério Público em relação a essas situações enfrentadas pelo Município de Uberlândia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa – Boa tarde, Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Cumprimento as deputadas e os deputados aqui presentes e o público que nos acompanha em nossas galerias. Quero cumprimentar, de forma muito carinhosa, o prefeito Luizinho, do Município de Formoso, cidade mais distante da nossa capital, que hoje se encontra com asfalto graças à intervenção dos governos passados. Foi considerada, deputado Durval Ângelo, o maior ProAcesso da história de Minas Gerais: 128km. E, se não fosse graças à boa gestão dos governos passados, com certeza Formoso hoje não estaria ligada por asfalto, como hoje é uma realidade daquele município. Cumprimento ainda o público que nos acompanha pela TV Assembleia.

Vários assuntos me trazem hoje a esta tribuna. Mas eu queria, inicialmente, parabenizar e cumprimentar o ex-vereador da nossa capital, Pablo César, o famoso Pablito, que, no dia de ontem, foi nomeado pelo ministro Fernando Bezerra o novo superintendente do DNPM em nosso estado. Quero aqui desejar-lhe sucesso, êxito, e tenho a certeza de que ele fará uma bela gestão à frente daquela autarquia, que é de suma importância para o nosso estado.

Início aqui a minha fala, deputado Fred Costa, aproveitando a presença do líder de governo, deputado Durval Ângelo, para cumprimentar também, pela coragem, o presidente da AMM, prefeito Julvan, que fez um belo áudio, onde retrata, de forma muito clara, o descaso que este governo cara de pau tem tido com os municípios mineiros. Um governo que deve hoje mais de R\$2.400.000.000,00 à saúde de todos os municípios mineiros. Tivemos a oportunidade clara, deputado Tito Torres, de ver que o Município de Janaúba enfrentou dificuldade para receber as crianças vítimas daquela tragédia no município, sobretudo pelo descaso deste governo, que não tem feito os repasses que são obrigatórios aos municípios. Este governo irresponsável, deputada Marília Campos, que não tem feito o repasse do transporte escolar; este governo irresponsável, que mentiu e iludiu os mineiros nas últimas eleições. Um governo que prometeu que faria uma revolução em nosso estado, que prometeu que os servidores da educação teriam a oportunidade de receber o piso nacional e que hoje nem sequer paga o salário em dia. O servidor público hoje não consegue se organizar, não consegue se programar. Sabe por quê, deputado Léo Portela? Porque o governo tem feito todos os pagamentos dos

salários em três parcelas, mas tem mês que é no dia 10, depois é no dia 20, depois no dia 30, e nunca cumpre seus compromissos. E aí o servidor não consegue se programar.

Parabéns, prefeito Julvan, que, de forma corajosa, tem conduzido a AMM num momento de dificuldade e levantado a bandeira de todos os prefeitos. E peço aqui a cada um dos Srs. deputados e das Sras. deputadas que cobrem do governador uma postura mais correta em relação aos municípios mineiros. Um governo que não tem feito os repasses que são de direito dos municípios mineiros. Os postos de saúde estão sem remédios, por quê? Porque o governo é irresponsável.

É irresponsável sabem por quê, minhas senhoras e meus senhores? Durante anos, deputado Gustavo Valadares – e não vejo esses parlamentares no Plenário nos dias de hoje –, especificamente dois parlamentares subiam a esta tribuna para dizer, todos os dias, que os governos passados gastavam rios de dinheiro com publicidade.

Agora, estou tendo oportunidade, deputada Marília, pela manhã, à tarde e à noite, nos intervalos mais caros da televisão brasileira, de ver um governo cara de pau, que está gastando mais de R\$97.000.000,00 com publicidade – quer dizer, mais do que os governos passados –, dizer que, em três anos de governo, deputado André Quintão, fez três obras: a ponte da minha querida Almenara, a ligação Lagoa Dourada-Carandaí e o trecho – agora é que vai começar o trecho – da duplicação de Varginha até a BR-381. Gente, o governador tem de ser muito cara de pau e irresponsável de gastar R\$97.000.000,00 para fazer publicidade e dizer que, em três anos, fez essas obras.

Iniciei o meu discurso dizendo que Minas Gerais, hoje, tirando os seis municípios que o governo do PT, do ex-presidente Lula, não quis passar a responsabilidade aos governos estaduais... Hoje, temos apenas seis municípios sem ligação asfáltica, porque os governos federais do PT não deixaram. Formoso, hoje, 125km, Processo tem? É por causa disso.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Líder deputado Gustavo Correia, V. Exa. começa citando o áudio do Julvan, presidente da Associação Mineira de Municípios. Não sei qual áudio, porque também recebi um dele, em que ele me cita explicitamente. É esse mesmo?

O deputado Gustavo Corrêa – É o próprio.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Quero dizer primeiro que, amanhã, vou responder em um artigo no jornal *O Tempo*. Acho que é a melhor forma de tornar pública essa discussão e mostrar que o presidente da Associação Mineira dos Municípios está mais numa ação partidária eleitoral do que falando a verdade, ele falta com a verdade. A resposta ele a terá, amanhã, no jornal, quando vou mostrar o que significou o Refis, o que foi feito de reparo, e vou explorar as contradições. Cito lá os não repasses do governo federal, que são infinitamente maiores do que os repasses do governo estadual, e ele silencia, ele não diz nada, o que mostra, claramente, o caráter eleitoreiro da intervenção dele. Acho que a melhor forma de fazê-lo é através de um artigo, documentando. Espero que V. Exa., ao ler o artigo, amanhã, veja que – não quero dizer e não entendo que na intervenção de V. Exa. haja isso –, mais do que os fatos, ele faz um discurso eleitoral. Ele pode estar no direito também de fazê-lo, só que não deveria usar uma entidade que representa os municípios mineiros, que deveria ser apartidária, para fazer um discurso partidário. Os encontros que ele tem feito, levando dois, três candidatos de oposição ao governo, representam essa mesma postura e essa mesma atitude. O próprio secretário-geral do partido do qual ele faz parte, o deputado licenciado Sávio Souza Cruz, hoje, na página dois, do *Aparte*, no jornal *O Tempo*, dá a resposta a essas posturas mentirosas.

Eu acho mais do que isso, explorar contradições do atual governo... Quando V. Exa. fala em dois parlamentares, tenho certeza absoluta de que eu não sou incluído entre eles, porque sempre demonstrei coerência, tanto na oposição quanto na situação, hoje, como líder do governo Fernando Pimentel, que tenho muito orgulho de ser. Acho que problemas estruturais, históricos do Estado, estão sendo resolvidos.

Obrigado. Respeito a opinião de V. Exa.

Amanhã, esse áudio mentiroso do presidente da Associação Mineira dos Municípios, do PMDB, ligado ao vice-governador Toninho Andrade, o mesmo vice-governador que tem de prestar contas à sociedade pelos milhões e milhões que recebeu de Joesley Batista e de outros financiadores de patrimônios privados dele – e são muitos – hoje, somado a toda a discussão do vice, do qual Gilvan é ligado, ultrapassam R\$12.000.000,00 em todas as delações premiadas... Acho que seria melhor ele vir a público explicar esse seu envolvimento com o vice, do que realmente acusar e querer chamar de mentiroso o líder do governo Fernando Pimentel. Vou mostrar que o mentiroso é ele, amanhã, no artigo.

O deputado Gustavo Corrêa – Está certo. Vou conceder um aparte ao Gustavo Valadares, mas, antes, queria apenas dizer ao ilustre deputado Durval Ângelo, por quem tenho grande apreço e respeito, que, quando citei os dois parlamentares aqui anteriormente, com certeza, não era V. Exa. Vou aqui dar os nomes: deputado Rogério Correia, hoje secretário-geral da Casa; e deputado Sávio Souza Cruz, aniversariante de hoje.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado Gustavo Corrêa, queria lhe agradecer pela concessão do aparte. O deputado Durval Ângelo sabe a relação cordial e respeitosa que temos, mas me permitirá, mais uma vez, discordar. Não há mentira na fala do presidente da AMM. Se há, fica aqui, inclusive, um desafio para que o líder de governo ou qualquer membro da base de governo desta Casa venha à tribuna, ainda hoje, para nos desmentir e dizer se o governo deve ou não deve hoje quatro das oito parcelas devidas aos municípios na questão do transporte escolar; se não deve mais de R\$2.400.000.000,00 de repasses à Saúde aos 853 municípios mineiros; se não deve pelo menos 37% do que deveria ter sido repassado, ontem, aos municípios da cota-parte que deveriam receber do ICMS semanal, que deveriam ser repassados pelo governo do Estado aos municípios. Onde está a mentira? Não há mentira.

Agora, quem é cobrado diariamente pela falta de planejamento e pela falta de investimento são os prefeitos. Como planejar e administrar uma cidade, por exemplo, do porte de Moema, cidade do prefeito e presidente da AMM, uma cidade de 7 mil habitantes, sem saber se poderá contar com a cota-parte que detém, do ICMS semanal? Porque agora o Estado iniciou com esse tipo de coisa e, de forma inédita, começou a dar o calote nesse repasse do ICMS. Como se planejar e melhorar a qualidade do transporte escolar se o Estado não repassa, a contento e a bom tempo, a parcela que cabe aos municípios, do transporte escolar? Como se planejar o atendimento à saúde, com mais qualidade, num município do interior, como, por exemplo, Moema, se o Estado deve a esse município pelo menos R\$500.000,00, R\$600.000,00, R\$700.000,00? Não há como se planejar. O presidente Gilvan, com muita certeza, faz um papel hoje suprapartidário, e cobra em nome de todos.

Então fica aqui, inclusive, uma palavra. Que venha aqui um prefeito do PT, para dizer de público que as contas estão em dia. Fica aqui mais esse desafio, deputado Durval Ângelo. O PT ainda detém alguns poucos prefeitos do Estado de Minas Gerais. Então que um prefeito do PT venha aqui para, de público, dizer: “O presidente da AMM está mentindo. O governo não nos deve repasse do transporte escolar, não nos deve repasse da Saúde e não nos deve a cota-parte que devemos receber do ICMS semanal”. Que um prefeito do PT faça isso, porque terá legitimidade para desmentir o presidente da AMM. Mas nenhum veio aqui. Muito pelo contrário. Informalmente, tanto eu quanto V. Exa., deputado Gustavo, sabemos e recebemos áudios e mensagens no WhatsApp de prefeitos, inclusive do PT, querendo se mobilizar, propondo a mobilização de todos para fazerem uma manifestação na porta da Cidade Administrativa.

Para terminar, a única sugestão que dou é: não façam essa manifestação na porta da Cidade Administrativa, porque temos um governador tão preguiçoso, mas tão preguiçoso, que nem lá vai. Só fica no Palácio da Liberdade. Então que mudem ao menos o endereço. A manifestação tem de ser feita na porta do Palácio da Liberdade. Muito obrigado e desculpe-me por ter tomado o resto do tempo de V. Exa.

O deputado Gustavo Corrêa – Concluindo este pronunciamento, quero dizer que – que me perdoe o deputado Durval Ângelo – querer explicar algo que é inexplicável não tem jeito. Todos nós sabemos que este governo não tem cumprido suas

obrigações. O deputado Gustavo Valadares foi muito feliz em dizer que ele não fez o repasse do transporte escolar e não fez o repasse da Saúde.

Então lamento profundamente, que, infelizmente, enquanto os municípios e os prefeitos estão com o pires na mão, têm de se virar para pagar suas contas, o governador, junto com sua companheira, continua com a caravana do blá-blá-blá, viajando por Minas Gerais, gastando dinheiro público, pagando diária para os servidores e entregando, às vezes, um *kit*, deputado Tito Torres, de agricultura familiar, um computador. Gasta-se, deputado Arnaldo, milhares de reais para fazer todo aquele teatro, e, infelizmente, quem está sendo prejudicado é o povo de Minas Gerais, porque tem um governador cara de pau.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão – Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores, eu vou tratar, prioritariamente, hoje, da tribuna, da caravana do ex-presidente Lula em Minas Gerais, mas não sem antes, respeitosamente, discordar dos meus deputados amigos Gustavo Valadares e Gustavo Corrêa, que representam tão bem a oposição nesta Casa, em relação a esta avaliação do governo Pimentel.

Ontem, tive oportunidade de dizer que Minas Gerais tem uma economia colonial, tem questões estruturais, que impactam a receita em momentos de crise econômica nacional, com reflexos internacionais, da qual herdamos um déficit. Não vou falar aqui de um déficit de caixa, simplesmente, de R\$8.000.000.000,00, R\$9.000.000.000,00, mas de um passivo social, de um passivo em relação ao servidor público, como o que herdamos no campo da educação. O governador Fernando Pimentel assinou um acordo histórico, já em 2015, depois de anos sem a atenção do governo do PSDB aos trabalhadores e às trabalhadoras da educação.

Os 12 anos do governo tucano foram num período de governos de Lula e Dilma, de crescimento econômico e de implantação de políticas públicas. Boa parte dos investimentos em Minas foram resultados da ação federal. Isso é inegável.

Vou dar estes dados, porque é importante para as pessoas acompanharem. O único programa de transferência de renda que havia em Minas, no Estado, o Bolsa Escola familiar, do saudoso ex-presidente e governador Itamar Franco, atendia 21 mil famílias da região do semiárido. O governo Lula, com a unificação dos programas de transferência de renda, comandados, inclusive, à época, pelo ex-ministro Patrus, incluiu 1.100 famílias no programa Bolsa Família em Minas Gerais. Imagine o impacto desses recursos na economia local, na economia mineira, no combate à fome e à miséria. A diferença é que, mesmo no momento da crise, o nosso governo de Minas Gerais prioriza aquelas entregas que dizem respeito ao cotidiano do cidadão: como um *kit* feira, às vezes, ou um campo de luz, ou um asfaltamento de estrada vicinal, ou alguns veículos para a saúde, ou ônibus para o transporte escolar.

Perguntem ao prefeito, ao jovem, ao aluno de um município pequeno se isso não faz diferença para quem mora num distrito rural. No nosso entendimento, uma obra faraônica como a da Cidade Administrativa não resolve os problemas de desenvolvimento de regiões economicamente deprimidas em Minas Gerais. Não é caravana de blá-blá-blá! É fórum regional de prioridades, é identificação de prioridades. No Médio Jequitinhonha foi identificada a prioridade número 1: asfaltamento de Ijicatu, no Município de José Gonçalves de Minas, até Virgem da Lapa. É uma obra necessária, que complementa a interligação de Diamantina a Araçuaí, duas cidades-polo importantíssimas. A obra está em curso, é uma intervenção importante. Temos ainda a conclusão da Rodovia dos Cristais – Codisburgo a Sete Lagoas; e cursos de qualificação profissional. Não vou fazer um balanço do governo, mas há uma diferença, sim.

O deputado Gustavo Valadares mencionou os atrasos, que podem ocorrer em momentos de crise. Mas vou comparar por exemplo a execução orçamentária no âmbito da assistência social, que conheço bem. Em 2014, a execução orçamentária da transferência da assistência social para os municípios foi de 14%, sendo que em 2015 foi de 100%, 12 parcelas ao ano. Perguntem a um prefeito do PSDB se não foi assim. Eu respeito a opinião dos deputados da oposição, porque isso faz parte, mas existe uma diferença qualitativa de governo, sim.

Com alegria, em nome da bancada do PT, quero convidar os mineiros para a caravana do ex-presidente Lula, a maior liderança popular e social deste país, que conhece e ama Minas Gerais, que em toda a sua trajetória sindical, partidária e presidencial

esteve presente no nosso estado, inclusive realizando caravanas em momentos diversos, momentos pós-eleições, momento de crise hídrica, momentos de exercício na presidência. Portanto, faz parte da vida e da forma de agir e atuar do ex-presidente Lula o contato direto e presencial com as diversas regiões mineiras. Ele estará em nosso estado entre os dias 23 e 30 de outubro, dialogando com movimentos sociais, com segmentos das mais variadas políticas públicas, com a assistência social, a área da cultura e da agricultura familiar, com profissionais da educação, incluindo as instituições de nível superior e tecnológico, que ele teve a alegria de implantar aqui como nunca antes em Minas Gerais. Durante todos esses dias, o ex-presidente vai refletir e discutir sobre os desafios do Brasil neste momento. Ele irá ao Vale do Aço, sendo recepcionado no dia 23 por Ipatinga; discutirá questões relacionadas à soberania nacional, ao desenvolvimento econômico, numa região que sofre com os desafios econômicos do País.

Estará, ainda, em Governador Valadares visitando instituições, movimentos sociais, mas priorizando a discussão da Bacia do Rio Doce. Estará, também, em Teófilo Otôni, inclusive visitando a Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que ele implantou naquela região. Estará no querido Vale do Jequitinhonha, em Itaobim, Itinga. Com apenas um ano de governo resolveu uma questão de décadas: a ponte de Itinga. Estará em Araçuaí, num grande ato cultural, valorizando a cultura do Vale do Jequitinhonha, visitando, no outro dia, o instituto tecnológico, que foi aberto por ele. Estará em Salinas no instituto tecnológico; e em Montes Claros.

O presidente Lula passará o seu aniversário, dia 27 de outubro, em terras mineiras, no Norte de Minas, discutindo economia mineira, desenvolvimento regional, visitando experiências exitosas da agricultura familiar. Estará em Bocaiuva, terra de Henfil, de Herbert de Souza, o Betinho, além do nosso deputado federal Patrus Ananias. Estará em Cordisburgo, terra de Guimarães Rosa. Estará também em Diamantina, discutindo a questão cultural, a questão do ensino superior, o desmonte que o Brasil vive hoje das escolas tecnológicas e das universidades. Tenho a certeza de que o ex-presidente Lula será muito bem recepcionado nesses oito dias que estará em terras mineiras, concluindo essa caravana na capital, no dia 30, em Belo Horizonte, num grande encontro com movimentos sociais, militantes, cidadãos e cidadãs de Minas Gerais na Praça da Estação, às 18 horas.

Estaremos, dentro do possível das nossas agendas institucionais, parlamentares estaduais, federais, movimentos sociais, acompanhando a caravana e dizendo que será um momento importante de fortalecimento da organização popular, de resistências aos desmontes promovidos pelo governo federal, de anúncio, a partir do diálogo, de novas perspectivas de enfrentamento da crise que assola o País, agravada, intensificada pela emenda constitucional que congela por 20 anos os investimentos sociais do País, pela terceirização, pela reforma trabalhista que rasga a CLT e, agora, até pela obstrução, diria, da identificação, da autuação e da divulgação das situações de trabalho escravo no Brasil, com a Portaria nº 1.129, feita pelo presidente Temer para agradar à bancada ruralista e salvar a sua pele na segunda denúncia. Isso envergonha o Brasil, inclusive no exterior.

Então, faço aqui um convite a todos os mineiros e a todas as mineiras desses territórios, lembrando que é a caravana nº 1, pois, obviamente, o ex-presidente Lula vai voltar a Minas Gerais para visitar as outras regiões.

Minas são várias, Minas tem dimensão continental, tem dimensão de um país. Seria impossível a ele visitar todas as regiões em apenas uma caravana. Ele optou por essas regiões coletivamente com os movimentos sociais, mas estará também nos outros territórios mineiros, que ele tanto conhece e tanto respeita.

Portanto, fica aqui o convite. A caravana será amplamente divulgada pela imprensa, pelas redes sociais, pelo PT e pelos demais partidos aliados. Começa na segunda-feira, dia 23, às 18 horas, em Ipatinga.

Queria dizer também que aprovamos uma audiência pública hoje para discutir essa portaria que volta ao século XIX – a portaria da escravidão do presidente Temer – e os seus impactos em Minas Gerais. Vamos fazer esse debate porque hoje há uma revolta, uma mobilização, um questionamento até internacional sobre essa portaria. Portaria da vergonha, portaria da escravidão! É uma portaria que envergonha todos. Não vamos admitir, e o presidente Temer vai ter de revogá-la, porque o tempo da escravidão, felizmente, é coisa do passado, e não do presente. Muito obrigado, presidente.

O deputado Bonifácio Mourão* – Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje, em Governador Valadares, está acontecendo uma audiência pública relativa ao Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG. Esse plano se refere aos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 e à revisão para 2018. Eu deveria estar lá, Sr. Presidente, mas não pude – gravei um vídeo, mandei e sei que já foi passado lá – porque sou membro efetivo das Comissões de Saúde e de Constituição e Justiça, e hoje, quarta-feira, houve uma audiência pública da Comissão de Saúde a partir de 9 horas; e uma audiência da Comissão de Constituição e Justiça com um projeto interessante relativo à Lei nº 100, que sempre defendemos – eu tinha de estar lá presente. Depois, participei de um debate sobre as reformas eleitorais. Na parte da tarde, teríamos uma nova reunião da Comissão de Constituição e Justiça e agora estamos aqui, em Plenário.

Mas gostaria de comentar que, em Governador Valadares – deputado Arlen Santiago, vamos conceder um aparte, com muito prazer, a V. Exa., mas só vou fazer ligeiros comentários iniciais –, o governo Pimentel, do PT, selecionou para debate no PPAG temas relativos à água, à agricultura familiar e ao Fica Vivo. Quero ligeiramente olhar o que foi reservado para o Vale do Rio Doce, que tenho a honra de representar nesta Casa e neste estado, relativamente à água. Estou com a cópia de uma parte do PPAG. Na parte relativa à água, vemos o que se reservou para cada região. Por exemplo, no que diz respeito ao aumento e à disponibilidade da água destinada a uso múltiplo, temos aqui uma ação: regularização, operação e manutenção de barragens para as regiões Médio e Baixo Jequitinhonha, Norte e Rio Doce – zero. E já levantamos que o Rio Doce, retirando o Vale do Aço, é infelizmente a 4ª região mais pobre de Minas Gerais.

Mas vamos agora à elaboração e acompanhamento do Instituto Mineiro de Gestão das Águas para planos diretores de recursos hídricos. Recuperação hidroambiental e desenvolvimento sustentável - para o Noroeste: R\$62.000,00; para o Rio Doce: zero.

Vamos agora a outra questão relativa à água que nos impressionou, o monitoramento da qualidade da água. Todo mundo sabe que o Rio Doce, lamentavelmente, foi vítima do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, tendo contaminadas completamente as suas águas. Então, é lógico que o governo de Minas tinha de dar uma atenção maior para o Rio Doce na questão da qualidade da água. No entanto, o governo de Minas reservou para multiterritorial: R\$363.000,00; Noroeste: R\$1.089.000,00; Norte: R\$2.178.000,00; Rio Doce: zero, mesmo com a qualidade da água completamente complicada, arruinada, devido ao rompimento da barragem da Samarco.

Com a Samarco, por meio da Fundação Renova, as negociações estão sendo desenvolvidas. O prefeito de Governador Valadares, André Merlo, em audiência, na qual estarei presente, na próxima sexta-feira, às 13h45min, vai divulgar um cronograma para a nova captação de água no Rio Correntes para servir à prioridade número um do povo de Governador Valadares. Esse é o entendimento com a Fundação Renova, mas eu quero saber qual é a atenção que o governo Pimentel deu para o Vale do Rio Doce, principalmente com referência à poluição das suas águas pelo rompimento da barragem da Samarco: zero. Aqui está a prova no PPAG.

Com referência à agricultura familiar, apenas resumindo, estamos vendo o que o governo reservou para o Vale do Rio Doce. Na parte de desenvolvimento sustentável do agronegócio e da agricultura familiar para o Caparaó: R\$72.000,00; matas: R\$35.000,00; metropolitano: R\$100.000,00; multiterritorial: R\$35.000,00; Norte: R\$122.000,00; Sul: R\$299.000,00; Triângulo Mineiro, Triângulo Sul, Rio Doce: zero.

Vou falar mais alguns dados, porque isso impressiona sobremaneira o descaso total e absoluto deste governo do PT com a região que represento, o Vale do Rio Doce. Promover o desenvolvimento da agricultura pela produção e pela transferência de sementes para Caparaó, mata, metropolitano, Norte, Oeste, Sudoeste, Sul, Triângulo Mineiro: um total de R\$27.300,00; Rio Doce: zero. Difusão de informação de tecnologia para Caparaó, mata, metropolitano, Norte, Sul, Triângulo, Vertentes, Rio Doce: zero.

Quanto ao fortalecimento e ampliação e promoção da produção dos queijos artesanais – a região do Vale do Rio Doce é produtora de queijo artesanal, principalmente na região do Serro, Sabinópolis – minha terra – e tantas outras cidades daquela região: multiterritorial: previsto R\$100.000,00; para a minha região: zero.

O governo Pimentel acabou com o programa Fica Vivo, assim como está acabando e vai acabar, agora em dezembro, com o programa Poupança Jovem, dois grandes programas dos governos Aécio Neves, Anastasia e Alberto Pinto Coelho. O governo Pimentel, talvez porque esses programas tenham vindo de governos de adversários políticos, mas sendo de grande interesse social para Minas Gerais, está acabando com eles, como está acabando com tantos outros, assim como paralisou as obras de todos os hospitais regionais, inclusive o de Governador Valadares, e como também está acabando com a assistência à saúde em Minas Gerais e com tantos outros programas.

Neste momento, vou interromper as minhas palavras para conceder um aparte, com muita honra, ao deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Obrigado, deputado Bonifácio Mourão. Queria comunicar que, realmente, o PT detesta os lugares onde foi bem votado. Principalmente esse ainda governador do PT.

Ontem, tivemos muita movimentação, e as pessoas do São Joaquim, do Tejuco, do Pandeiros, da Serra das Araras obstruíram a MG-479, que ligaria Januária, o Norte de Minas, até Brasília. O governador Aécio fez 90km de asfalto de Arinos até Chapada, nessa estrada. Este governador do PT, que teve quase 80% dos votos, pisa o povo daquela região, porque até hoje não mandou fazer nenhuma estrada asfaltada no Norte de Minas. Ele não mandou fazer nem o projeto. No dia 5 de outubro, fez três anos que ele foi eleito. O governo dele está acabando, e o que vemos é muito sofrimento. Vemos, principalmente nas mídias sociais, alguns petistas defendendo o governador, posicionando-se contra o povo em sofrimento. Vamos parar com isso, vamos dar força a quem está fazendo a movimentação para ter, pelo menos, uma estrada asfaltada no Norte de Minas neste governo. É um governador que passará para a história: qual foi o governador de Minas Gerais que não fez nenhuma estrada asfaltada no Norte de Minas? Pimentel, do PT. É desse jeito. Promete. Em 2015 disse que, em relação à promessa que havia feito, se sobrasse um dinheirinho, mandaria fazer. Mas não mandou fazer nem o projeto. Então, é essa a situação extremamente absurda. E quero parabenizar a população que está sofrendo e indo à luta, fazendo a movimentação. O que precisamos é: “Fora PT”.

O deputado Bonifácio Mourão* – Muito obrigado, deputado Arlen Santiago. V. Exa. falou verdades necessárias de serem pronunciadas. Este governo, lamentavelmente, não deu nenhuma sombra de continuidade ao Processo, dos saudosos tempos de Aécio Neves e Anastasia. E acabou com o programa Caminhos de Minas.

Eu estava fazendo um pronunciamento sobre o descaso total e absoluto com o Vale do Rio Doce – sem, é claro, deputado Arlen Santiago, menosprezar os méritos das outras regiões, inclusive do Norte de Minas. Mas eu tenho a convicção de que o pouquinho que foi previsto para o Norte de Minas não o foi pela beleza dos olhos de V. Exa. nem da dos olhos do deputado Carlos Pimenta, que, com certeza, não foram alvo de atenção especial do atual governo do PT. V. Exa. tem falado tanto desta tribuna quanto na Comissão de Saúde as verdades que precisam ser ditas a respeito do atual governo de Minas Gerais.

Mas, neste resto de tempo, gostaria de, espelhando-me nas palavras do deputado Arlen Santiago, mostrar que, em 2003, o governo Aécio Neves encontrou um déficit de R\$2.400.000.000,00, dívida com fornecedores, salários pagos com atraso e ausência de investimentos. Rapidamente, tomou medidas para gastar menos com a máquina pública e mais com o cidadão: reduziu em 1/3 o número de secretarias do governo, além de dezenas de superintendências e diretorias; cortou 3 mil cargos de confiança e funções gratificadas; reduziu em 50% o salário do governador e do vice-governador; colocou e manteve as contas em dia – déficit zero. Minas ganhou credibilidade e voltou a atrair investimentos nacionais e estrangeiros. Em 2014, o Banco Central mostrou que Minas Gerais teve o maior balanço das contas públicas de todo o País no governo Dilma Rousseff. O superávit primário do País, em 2014, segundo boletim do Banco Central, foi de mais de R\$3.000.000.000,00.

Ontem fiz um pronunciamento, e V. Exa. presidia, falando que o governo Pimentel vem dizer que o governo Anastasia é culpado do descontrole das contas públicas de Minas Gerais, sendo que foi o estado que deixou o maior saldo, no Brasil, no governo Dilma Rousseff, do PT, atestado pelo Banco Central.

Como pode? Ao mesmo tempo, parte para agressões sucessivas e descabidas ao governador Anastasia, hoje um dos maiores senadores da República.

Mas, após mostrar o lado inicial dos governos de Aécio, Anastasia e Alberto Pinto Coelho, gostaria de mostrar o lado inicial ou parte dos três anos do governo do PT. O Estado retrocedeu, e as contas ficaram no vermelho, com um déficit que cresceu como uma bola de neve, chegando à cifra de R\$8.900.000.000,00 em 2015. Sem nenhuma medida para sanear as contas, Pimentel pretende encerrar o seu mandato com um rombo de R\$7.400.000.000,00, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, aprovada pela base governista em julho de 2017; para 2019, a LDO prevê déficit de R\$7.100.000.000,00; e, em 2020, o rombo será de R\$6.000.000.000,00.

De acordo com a LDO para 2018, a despesa do governo de Minas crescerá 9,41%, projeção muito superior à da inflação para o ano, que é de 4,3%; enquanto as despesas, que representam o custeio com a máquina pública, vão saltar de R\$21.600.000.000,00 para R\$25.060.000.000,00, uma alta de 18%. Já os investimentos, considerados despesas boas, vão cair 46%, passando de R\$4.000.000.000,00 para R\$2.100.000.000,00, impactando negativamente a construção de hospitais, a manutenção de rodovias, a compra de equipamentos para as polícias, etc. Por isso, está aí o deputado Arlen Santiago mostrando que no Norte de Minas, por exemplo, não há um palmo de asfalto – isso é porque caiu para valer o investimento em tudo o que diz respeito a obras. Como todos já sabem, o governador nomeou a esposa Carolina, investigada, e criou 2 mil novos cargos de confiança e elevou o salário dos funcionários do alto escalão.

Estou falando só de uma parte, deputado Gustavo Corrêa, mas temos em mãos uma comparação muito bem-feita, sobre a qual ainda vamos discutir – e não só eu, mas também V. Exa. e todos os deputados que tiverem a oportunidade de fazê-lo. Aliás, a meu ver, fazer oposição a este governo é uma ação necessária e salvadora do povo de Minas Gerais, porque este governo realmente está sendo desastroso em todos os sentidos para o Estado de Minas Gerais. Por isso, estamos levantando a nossa voz, sem usar qualquer adjetivação agressiva ao governo, mas espelhando a realidade. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Arlen Santiago* – Obrigado, presidente. Quero começar sugerindo ao deputado Gustavo Corrêa que criemos nesta Assembleia e no governo do Estado uma aula de leitura, porque o governo do Estado e sua liderança nesta Casa pedem e recebem, de seis em seis meses, as emendas da oposição que não foram pagas. São emendas parlamentares que se destinariam a um poço artesiano no Vale do Jequitinhonha ou a um hospital em São João do Paraíso e em Montalvânia. Mas, passados seis meses, eles não conseguiram ler o que foi escrito pela liderança da oposição, ou não sabem ler, e perguntam sobre “o que não foi pago”. Nada foi pago! Nada!

Uma tragédia como a que aconteceu em Janaúba, por exemplo, mostra como o governo do Estado está tratando o Norte de Minas e o Jequitinhonha. Não havia gaze, não havia soro, não havia mais nada nos hospitais de Jequitinhonha, onde o Lula vai passar novamente, com mais uma caravana da cidadania. Vai passar lá, mas não faz nada. E agora, no governo do Pimentel, do PT, é que não passa mais nada mesmo, porque os hospitais de lá estão se acabando, como em todos os lugares. Sabem quanto deve o governo do Estado a Janaúba? Só na área da saúde, deve R\$17.000.000,00 para os hospitais.

Enquanto isso o governador vai de avião fretado – aliás, ele não quer dizer quem anda no avião nem como anda – em vez de dizer assim: “Puxa vida! Deixe-me ser humilde, vir embora de carro ou trazer essas criancinhas para Belo Horizonte no avião do governo, fretado, caro”. Podia trazer as criancinhas queimadas no avião dele. Assim poderia salvar mais alguma vida. Ele não queria trazê-las para cá, porque chegariam a um hospital com que ele próprio está acabando: o Hospital João XXIII, que não tem mais nada

para atender ao povo. Lá as pessoas têm de tomar banho frio, os pacientes não podem fazer tomografia e não há mais material. Por exemplo, o lixo hospitalar do João XXIII é recebido por uma firma, e o comum por outra. É bem mais barato, ou seja, 10% do valor. Quando acabou o contrato do lixo comum, sabem o que falou a direção da Fhemig, que até já foi retirada de lá? “Não. Vamos pegar o lixo hospitalar e colocar junto com o lixo comum. Vamos pagar mais caro, levar tudo, acabar com tudo.” Rapam o tacho e contratam mais prefeitos do PT, como o ex-prefeito de Januária, que não teve nem condições de ser mais candidato; ou, então, como o ex-prefeito de Capitão Enéas, que está na Cemig. Aliás, encham de gente a Cemig, a Copasa e o Idene, e não sobra nada para pagar o pessoal. Aí, depois, ainda vêm e mandam para o Gustavo: “Gustavo, só falta isso para pagar de emenda da oposição”. Eles não sabem ler. Vamos criar uma escolinha para que leiam.

Já não basta o que a Dilma fez: 14 milhões de desempregados. Agora o vice dela, que foi votado pelo pessoal do PT, está acabando com os direitos trabalhistas e fazendo essas coisas ruins com a população. Essa é a maneira do PT. Hoje, na hora do almoço, encontrei-me com o deputado Arnaldo Silva e o Sr. Odelmo, prefeito de Uberlândia. Vejam o que o PT fez na nossa cidade de Uberlândia. Do fundo de aposentadoria dos empregados públicos, sabe onde eles aplicaram milhões de reais, deputado Bonifácio? Em fundos podres. O dinheiro da aposentadoria dos funcionários de Uberlândia foi aplicado em ações do Porcão, que estava quebrando. Isso está no Ministério Público. É preciso que o Ministério Público avalie. Será que foi só incompetência ou há possibilidade de malversação do recurso da aposentadoria desse pessoal?

Caro governador do PT, sei que o senhor está refém do seu partido e dos seus companheiros, que todos os dias estão lá querendo cargo para um ex-prefeito e uma liderança, enquanto o povo fica sem receber nada. Não tem mais remédio e dinheiro para os hospitais nem transporte escolar para os alunos da rede estadual, pois o governador não paga por eles. Se forem às escolas estaduais, verão que não recebem mais dinheiro para trocarem uma lâmpada e fazerem um pequeno reparo. O governador não manda também a parte estadual da merenda escolar para as crianças do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas. É assim que esse governo do PT está fazendo. Mas, ao menos, Gustavo, vamos montar uma escolinha de leitura para que leiam os recursos que eles têm de enviar aos municípios, para serem aplicados para a população carente. Só que seis meses depois eles dizem: “Não. Não damos não. Tudo isso aqui já foi pago”. Não acredito que sejam mentirosos, mas, sim, que não estão dando conta de ler o que está escrito nos computadores. Eles estão cansados de saber que estão tirando, ali, o dinheiro da população.

E, agora, Mourão, até 2020, este governo vai ter de pagar R\$670.000.000,00 de precatório pela Emenda Constitucional nº 94, senão o CNJ vai pegar, vai tirar. Quem sabe, pelo menos, o governo diminui a contratação de ex-prefeitos petistas, e sobra um pouquinho de dinheiro para a população?

Muito obrigado, Sr. Dalmo Ribeiro Silva.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/10/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Adriano de Oliveira e Silva, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cássio Soares;

exonerando Jupira Moreira dos Santos Novais de Melo, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

exonerando Sarah Aurichio Lopes Cordeiro Ribeiro, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Adriano de Oliveira e Silva, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Sarah Aurichio Lopes Cordeiro Ribeiro, padrão VL-43, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cássio Soares.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado João Vítor Xavier Faustino, Matrícula nº 18.858-1, no período de 19 a 23 de setembro de 2017.

Palácio da Inconfidência, 23 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes, presidente.

TERMO DE CONTRATO Nº 114/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Município de Oliveira. Objeto: doação de bens inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 128/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais. Objeto: afetação de bens inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 1993.



ERRATAS

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.206/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/8/2017, na pág. 52, onde se lê:

“EMENDA Nº 1

“Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Rural Tapir, com sede no Município de Itamogi.””, leia-se:

“EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Rural Tapir, com sede no Município de Itamogi.””.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/10/2017, na pág. 53, onde se lê:

“Fernando Carlos Oliveira”, leia-se:

“Fernando Carlos Oliveira de Souza”.